



Diário Oficial do LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Sapeaçu - BA

Quarta-feira • 06 de dezembro de 2023 • Ano VII • Edição Nº 79

SUMÁRIO



QR CODE

| | |
|--|---|
| CÂMARA MUNICIPAL | 2 |
| LICITAÇÕES E CONTRATOS | 2 |
| EDITAL (CARTA-CONVITE Nº 001/2023) | 2 |

NOTA: As matérias que possuem um asterisco (*) em sua descrição, indicam REPUBLICAÇÃO.

CONFIABILIDADE

PONTUALIDADE

CREDIBILIDADE



IMPrensa
OFICIAL
MAIS TRANSPARÊNCIA PARA TODOS



GESTOR: IVAN CERQUEIRA DOS SANTOS

<http://cmsapeacuba.imprensaoficial.org/>

ÓRGÃO/SETOR: CÂMARA MUNICIPAL
CATEGORIA: LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL (CARTA-CONVITE Nº 001/2023)



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEAÇU, por sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que no dia 15 de Dezembro de 2023, às 09:00 horas, no endereço: Rua CENEC, 46 – Centro – Sapeaçu - BA, serão recebidas propostas relativas à Licitação Modalidade Carta – Convite Nº 001/2023, tendo como objetivo a **Contratação de prestação de serviços de apoio técnico, objetivando a organização e realização de concurso público para provimento de diversas vagas no quadro de servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Sapeaçu-BA.**

Poderão participar da licitação, as empresas que tiverem especialidades correspondentes e manifestarem interesse com antecedência de 24 horas, da apresentação das propostas.

Maiores esclarecimentos serão fornecidos na Secretaria Geral deste Legislativo.

Sapeaçu - Bahia, 06 de Dezembro de 2023

Bianca Aguiar Carvalho
Presidente Comissão Licitação



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

Carta – Convite n º 00 1 / 20 23

Parte A – Preâmbulo

I – Fundamentação Legal

A presente Licitação será regida pela Constituição Federal, Lei 123/2006, Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações da Lei nº 8.883/94, aplicando-se, subsidiariamente, os princípios de Direito Público, suplementados pelos preceitos de Direito Privado.

II – Órgão/Repartição Interessada e Setor:

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEAÇU

III – Número de Ordem:

(X) Carta - Convite Nº. 001/2023

IV – Tipo de Licitação:

(X) Menor Preço GLOBAL

V – Finalidade da Licitação/Objeto:

Contratação de prestação de serviços de apoio técnico, objetivando a organização e realização de concurso público para provimento de diversas vagas no quadro de servidores da Câmara Municipal de Sapeaçu – Bahia.

VI – Processo Administrativo Nº 14/2023

VII – Carta - Convite 001/2023

VIII – Regime de Execução

Empreitada por preço global

IX – Prazo

12 Meses

X – Local, Data e Horário para início da Sessão Pública da Licitação:

Endereço: Rua CENEC, nº 46, centro – Sapeaçu – Bahia.

Data: 15-12-2023

Horário: 09:00 hs

XI – Dotação Orçamentaria:

ORGÃO 1 – CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEAÇU
UNIDADE 101 – Legislativo Municipal
PROJETO ATIVIDADE: 01.31.1.2.058 – Promoção de Concurso Público e Processo Seletivo
ELEMENTO DESPESA: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

XII – Das Condições Gerais de Participação



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

| | |
|----|--|
| a) | Poderão participar desta Carta - Convite pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências estabelecidas neste Edital |
| b) | Não poderão participar da presente licitação os que estejam suspensos de licitar ou impedidos de contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta. |
| c) | Nenhum representante poderá representar mais de uma empresa licitante. |
| d) | Não poderá participar da presente licitação consórcio de empresas. |

XIII - Aquisição, Local, Horário e Responsável pelos esclarecimentos sobre este instrumento:

O Edital estará disponível **no diário Oficial da Câmara Municipal de Sapeaçu - Bahia.**

| | | | |
|--|------------------------|---------|----------------------------|
| Horário: | 08.00 as 12:00 horas | E-mail: | Camarasapeacu1@hotmail.com |
| Responsável: Presidente Comissão Licitação | Bianca Aguiar Carvalho | | |

XIV - Para a Habilitação dos Interessados dos, exigir -se -ao os documentos relativos a seguir

XIV.1 - Habilitação Jurídica, Comprovada Mediante a apresentação:

| | |
|----|---|
| a) | De prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ. |
| b) | Em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores. |
| c) | No caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores |
| d) | Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. |

XIV.2 - Regularidade Fiscal, Comprovada Mediante a Apresentação:

| | |
|----|---|
| a) | Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal se houver do domicílio ou sede do licitante. |
| b) | Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, nos termos do Decreto Federal nº. 5.586, de 19 de novembro de 2005. |
| c) | Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF. |



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

| | |
|----|--|
| d) | Para participação nesta licitação as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação de habilitação exigida, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta contenha alguma restrição, tendo em vista, que a elas restará assegurado o direito decorrente do art. 43 da LC nº. 123/2006. |
| e) | CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. |

XIV. 3 – Qualificação Técnica, comprovada através de:

| | |
|----|---|
| a) | Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado (s), fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. |
|----|---|

XIV. 4 – Qualificação Econômico-financeira

Deverá ser comprovada mediante a apresentação de:

| | |
|----|--|
| a) | Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, prevista no item X deste preâmbulo, caso o documento não consigne prazo de validade |
|----|--|

XIV. 6 – Documentos Adicionais

6.1 As licitantes deverão apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar: Declaração de habilitação Preliminar ME / EPP (Anexo V).

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou,
- b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Parte B – Disposições Gerais

1. Objeto

1.1 A presente licitação tem por escopo o objeto descrito no **item V do Edital**, conforme especificações, quantitativos e condições constantes no anexo I deste Instrumento.

1.2 O prazo de vigência do contrato, a contar da data da sua assinatura, está indicado no **item IX do Edital**.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

1.3 O tipo da licitação está indicado no **item IV do preâmbulo deste Edital.**

1.4 A contratação com a empresa vencedora obedecerá às condições do edital e do instrumento de contrato constante do anexo IV deste Edital.

1.5 São vedadas a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

1.6 As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta da dotação orçamentária especificada no **item XI do preâmbulo**, quanto a sua classificação, trata-se de despesas correntes, de custeio, elemento de despesa "39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", ao passo que a receita advinha do pagamento das taxas de inscrição no concurso público classifica-se como corrente, porquanto visa o atendimento de despesas correntes.

1.7 O(s) serviço (s) objeto desta licitação não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por empregados da contratada, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa contratada, sobre os quais manterá estrita e exclusiva fiscalização.

2. Condições de participação na Licitação

2.1 Somente serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento e nos seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

2.2 Não serão admitidas empresas em consórcio nem as que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou ainda, as declaradas inidôneas.

2.3 Ficam impedidas de participar desta licitação e de contratar com a



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.

2.4 É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, previstas na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada.

Regência Legal da Licitação

2.5 Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições da Lei 123/06, Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e posteriores alterações, no que for pertinente.

2.6 Esta licitação terá como órgão gerenciador a Câmara Municipal de Sapeaçu – Bahia.

3. Credenciamento

3.1 O representante legal do licitante, deverá se apresentar para credenciamento junto a Comissão de Licitação, no horário e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, munido de documento de identificação pessoal (Documento oficial com foto) e da empresa (Cartão de CNPJ). Reputa-se credenciada a pessoa física regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.

3.2 O credenciamento de sócios far-se-á através da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e no caso das sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição e posse dos administradores.

3.3 O credenciamento de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular que



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

contenha, preferencialmente, o conteúdo constante do modelo do **anexo III**, devendo ser exibida, no caso de procuração particular, a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.

3.4 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante, ficando este adstrito a apenas uma representação.

3.5 Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possa ser autenticada, pela COPEL.

4. Documentos de Habilitação e da Proposta de Preços

4.1 Habilitação

4.2. Para a habilitação dos interessados na licitação, exigir-se-ão, exclusivamente, os documentos mencionados no **item XIV do preâmbulo**.

4.3. Propostas de Preços

4.3.1. A empresa poderá ofertar lances somente o (aos) lote(s) que lhe interessarem.

4.3.2. Os documentos da habilitação e da proposta de preços, deverão estar dispostos ordenadamente, contidos em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, indevassados, os quais deverão estar rubricados pelo representante legal da empresa, ou por seu mandatário, devendo ser identificados no anverso à razão social da empresa, os Itens de **II a VI** do preâmbulo, além da expressão, conforme o caso, **Envelope A** – Habilitação e **Envelope B** – Proposta de Preço.

4.3.3. A proposta de preços deverá estar em original, datilografada ou digitada apenas no anverso, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, sendo necessária, nesta última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder.

4.3.4. Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possam ser autenticados.

4.3.5. A declaração de que trata este item deverá seguir o modelo constante do **Anexo V deste Edital** - Habilitação Preliminar para Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP).

4.3.6 O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes do **anexo I**, em consonância com o modelo do **anexo II**, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

4.3.7 Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

4.3.8 A proposta apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações.

4.3.9 Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

4.3.10 A proposta de preços terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data fixada no item X do preâmbulo para início da sessão pública, facultado, porém, aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

4.3.11 Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

4.3.12 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste instrumento, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

4.3.13 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Instrumento ou que consignarem valor global superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis

4.3.14 A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

4.4. Procedimento da Licitação

4.5. FASE INICIAL

4.5.1. A sessão pública da Carta – Convite terá início no dia, hora e local designados no item X do preâmbulo, devendo o representante da licitante efetuar o seu credenciamento, comprovando que possui os necessários poderes para formulação de propostas, lances, negociação e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

4.5.2. Concluída a fase de credenciamento, os licitantes entregarão ao Presidente da Comissão de Licitação, o Envelope A – Habilitação e o Envelope B – Proposta de Preços.

4.5.3. Iniciada a sessão pública da Carta - Convite e efetuada a entrega dos Envelopes A e B, com a respectiva documentação, não cabe desistência da proposta.

4.5.4. A abertura dos envelopes relativos aos documentos de habilitação e das propostas será realizada sempre em ato público, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes e pela Comissão de Licitação.

4.5.5. O Presidente da Comissão de Licitação procederá à abertura dos Envelopes A, conferirá e examinará documentos de habilitação nele contidas, bem como, em seguida a proposta de preços das mesmas.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

4.5.6. O Presidente da CPL, após o exame e conferência das propostas, classificará a de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço.

4.5.7. Quando não forem verificadas, no mínimo 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o presidente da CPL, classificará as propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

4.5.8. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o presidente e equipe da comissão de licitação selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais e ocorrendo empate nas propostas que não permita mais lances, a licitação será decidida por sorteio.

4.5.9. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e esteja com o preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita devendo o presidente da Comissão de Licitação negociar, visando obter preço melhor.

4.5.10. Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, o presidente da CPL, suspenderá a carta - convite e estabelecerá uma nova data, com prazo de acordo a Lei, para o recebimento de novas propostas.

4.6. Etapa Competitiva de Lances verbais

4.6.1 Após a classificação das propostas, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes selecionados, que deverão, de forma sucessiva e distinta, apresentar seus lances, a começar com o autor da proposta selecionada de maior preço e seguido dos demais, em ordem decrescente, até que não haja mais cobertura da oferta de menor valor.

4.6.2.1. Somente serão admitidos lances verbais em valores inferiores aos anteriormente propostos pelo mesmo licitante (redação dada pela Lei nº. 9.658 de 04 de outubro de 2005), não poderão ser iguais a outro lance já ofertado.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

4.6.2 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo presidente da Comissão de Licitação, não implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

4.6.3 Encerrada a etapa de lances, caso o menor preço tiver sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte, que tenha declarado sua situação como tal na forma estabelecida no item 5.1.4 deste Edital, esta será declarada vencedora;

4.6.4 Caso a proposta de menor preço tiver sido ofertada por empresa que não seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou que não tenha declarado sua situação como tal na forma estabelecida no item 5.1.4 deste Edital, o Presidente da CPL analisará as propostas de preços com valores até 5% (cinco por cento) superiores à de menor preço e:

4.6.5 Não havendo, dentro desse intervalo, proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, será declarada vencedora a empresa que ofertou a proposta de menor preço;

4.6.6 Havendo, dentro desse intervalo, proposta(s) apresentada(s) por microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, o Presidente da CPL procederá da seguinte forma:

4.6.7 Dará oportunidade à microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para que apresente uma última oferta, de valor obrigatoriamente inferior ao da proposta de menor preço;

4.6.8 Se a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada na forma do item anterior, efetivar nova oferta de preço, será, então, declarada vencedora;

4.6.9 Caso contrário, será convocada a microempresa ou empresa de pequeno porte classificada subsequentemente, e as demais, obedecida a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.6.9.1 – Caso a vencedora seja uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de participante, a mesma não será inabilitada de imediato, nos termos do que preconiza a Lei Complementar nº. 123/06, a



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

esta será concedida o prazo de cinco dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, para regularização das pendências verificadas, sendo que, a ausência da regularização no prazo ora assinalado implicará na decadência do seu direito de ser contratada, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a contratação, ou revogar a licitação.

4.6.10 Caso não se realize lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

4.6.11 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o presidente da CPL examinará a aceitabilidade da primeira oferta classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

4.6.12 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, conforme Envelope A e Envelope B, de acordo com o Edital e suas exigências o licitante será declarado vencedor.

4.6.13 O presidente da Comissão de Licitação, juntamente com a equipe de apoio, lavrará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados, dentre outros, os seguintes elementos: os licitantes credenciados; a análise da documentação exigida para habilitação; as propostas escritas e os lances verbais apresentados, na ordem de classificação; os recursos interpostos e demais ocorrências relevantes.

4.6.14 A Ata da sessão deverá ser assinada pelo presidente da CPL, equipe de apoio e licitantes presentes.

4.6.15 Para a contratação, será observada, em caso de negociação, proposta de preços readequada ao que foi ofertado no lance verbal, que deverá guardar compatibilidade com a proposta escrita, a qual deverá ser apresentada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após o encerramento da sessão.

5. Recursos

5.2. Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, a intenção de recorrer da decisão da Comissão



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

de Licitação, através do registro da síntese das suas razões em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada implicará a decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor pela CPL.

5.3. Manifestada à intenção de recorrer, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.

5.4. O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior do órgão ou entidade promotora da licitação, serão realizados pelo presidente a Comissão de Licitação no prazo de até 03 (três) dias úteis.

5.5. A autoridade superior do órgão promotor da Carta - Convite terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.

5.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Adjudicação e Homologação

5.7. Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado ao licitante vencedor, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.

6. Contratação

6.2. O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 10 (DEZ) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8666/93 e posteriores alterações, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

- 6.3. Como condição para celebração da contratação, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.
- 6.4. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.
- 6.5. A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

7. Condições de Pagamento e Informações Complementares

- 7.1. O pagamento da Empresa Contratante, para organização e realização do concurso público, será feito exclusivamente a partir das receitas auferidas com a inscrição dos candidatos e de acordo com as fases de realização do concurso, valores das inscrições serão depositados em conta específica, definida pela Contratante, destinada ao Concurso Público.
- 7.2. Os pagamentos serão cobertos através da dotação orçamentaria prevista neste Edital, observando o Princípio da Universalidade, conforme leis orçamentarias do ente, na qual prevejam o ingresso da receita neste orçamento da Câmara, bem como fixem despesas destinadas a realização do concurso público, com a indicação em rubrica orçamentaria própria, de acordo consta no item XI do presente Edital.
- 7.3. A renumeração se dará de forma variável, de acordo a receita decorrente das correlatas inscrições, na qual estimamos um valor de R\$147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais).
- 7.4. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.
- 7.5. As despesas decorrentes da organização e realização do concurso Público, serão pagos com os valores arrecados das inscrições, e contabilizados pela Contratante, conforme dotação específica.
- 7.6. Os valores arrecados, acima dos previstos que ultrapassarem as



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

despesas para organização e realização do concurso, será devolução ao Tesouro Municipal.

7.7. Valores recolhidos a título de taxa de inscrição, mesmo que seja depositado em conta específica, conforme item 10.1, e gerida pela Contratante serão contabilizados pelo Poder Executivo, sendo o mesmo usados exclusivamente ao custeio das despesas com a realização do certame.

7.8. O pagamento será realizado conforme a execução dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal com os serviços realizados por parte da Contratada, de acordo com o ateste do fiscal do contrato.

Manutenção de Condições da Proposta / Reajustamento e Revisão

7.2. Os preços são fixos e irreajustáveis.

7.3. Em consonância com a Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações, a revisão de preços dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

Regime de Execução

7.4. O Regime de execução do contrato está definido no **item VIII** deste Edital.

Fiscalização do Contrato e Recebimento do Objeto

7.5. Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá à Contratada de total



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

responsabilidade na execução do contrato.

7.6. O recebimento do objeto se dará, segundo o previsto na Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade contratante, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

8. Penalidades

8.2. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas na Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações, sujeitando-se os infratores às cominações legais, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.3. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.3.1. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

8.3.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

8.3.3. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.4. Será advertido verbalmente, pelo presidente da comissão, o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo essa autoridade determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

8.5. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos atos ilícitos previstos na Leis.

8.6. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8.7. Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta à natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

9. Rescisão

9.2. A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal nº. 8666/93 e posteriores alterações.

9.3. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrita por parte do contratante nos casos enumerados na Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

9.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da contratada, será



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

10. Revogação - Anulação

10.2. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos da Lei nº. 8.666/93 atualizada.

11. Impugnações

11.2. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública da Carta - Convite, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, cabendo ao Presidente da Comissão de Licitação decidir sobre a petição no prazo de um (01) dia útil.

11.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para realização do certame.

12. Disposições Finais

12.2. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o presidente da CPL, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

12.3. O presidente da comissão de licitação poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo ao registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

12.4. O presidente da comissão de licitação, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

12.5. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Licitação, com observância da legislação em vigor.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

12.6. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital prevalecerá o Foro da Comarca de Sapeaçu – Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20. Índices de Anexos

São partes indissociáveis deste Instrumento os seguintes anexos:

- I. Termo de Referência - Especificações do Objeto;
- II. Modelo de Proposta de Preços;
- III. Modelo de Procuração para a Prática de Atos Concernentes ao Certame;
- IV. Minuta de Contrato;
- V. Modelo de declaração de habilitação preliminar – ME/EPP.

PARECER JURÍDICO

O presente Edital atende aos requisitos legais, mormente os previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Complementar nº 123/2016, não incidindo sobre os mesmos visto de legalidade ou proibidade, obedecidos os princípios Licitatórios. Assim, com fundamento no par, único do artigo nº 38 da Lei de Licitações

APROVAMOS, O Edital e a respectiva minuta de contrato.

Sapeaçu – Bahia, em 05 de Dezembro de 2023.

Rafael Cezar Sociedade Individual de Advocacia
Rafael Henrique de Andrade Cezar dos Santos
OAB/BA Nº 24.985
Assessor Jurídico

Sapeaçu – Bahia, em 06 de Dezembro de 2023

Bianca Aguiar Carvalho
Presidente Comissão de Licitação



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROJETO BÁSICO

| | |
|--|--------------------|
| Modalidade de Licitação CARTA - CONVITE | Número 001/2023 |
|--|--------------------|

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 - O objeto do projeto básico é a Contratação de prestação de serviços de apoio técnico, objetivando a organização e realização de concurso público para provimento de diversas vagas no quadro de servidores da Sapeaçu - BA.
- 1.2 - A AUTORIZAÇÃO para a execução dos serviços está condicionada ao recebimento da respectiva "ordem de início dos serviços".

2 - JUSTIFICATIVA

- 2.1 - Justifica-se a contratação de prestação de serviços de apoio técnico, objetivando a organização e realização do concurso público para provimento de diversas vagas no quadro de servidores, em virtude de a Câmara Municipal de Sapeaçu, não dispor de servidores devidamente habilitados para formulação das questões, como também dos equipamentos necessários para digitação, editoração e correção eletrônica das provas.
- 2.2 - Resta assim, plenamente justificada a necessidade da execução indireta dos serviços adianta relacionadas, mediante contratação de empresa especializada.

3 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

- 3.1. São obrigações da CONTRATADA:
- a) Elaborar todos os editais, documentos, provas e anexos, bem como pela realização de todas as etapas dos concursos públicos de acordo com as normas constitucionais e regras estabelecidas na Legislação Municipal vigente;



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

- b) Elaborar o cronograma geral para aprovação da Administração, levando em consideração o prazo mínimo de 05 (CINCO) dias para o período de inscrição e máximo de 30 (trinta) dias;
- c) Indicar o conteúdo programático específico para cada cargo/função, levando em consideração o nível de escolaridade;
- d) Prestar suporte técnico pedagógico e acompanhamento de todo o processo, desde a elaboração do Edital de Abertura até Relatório Final;
- e) Confeccionar, reproduzir, aplicar e corrigir as provas teóricas que deverão possuir no mínimo 40 (quarenta) questões de múltipla escolha com cinco alternativas;
- f) Aplicar provas de títulos para os classificados na prova teórica para os cargos de nível superior e nível médio/técnico.
- g) Analisar e responder eventuais recursos interpostos pelos candidatos;
- h) Zelar pela inviolabilidade, sigilo e guarda de todo o material para a aplicação das provas;
- i) Refazer, às suas expensas, os serviços executados com erro ou imperfeição técnico-administrativa, salvo se decorrentes de informação errônea da Câmara Municipal, sem prejuízo de multas contratuais;
- j) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, bem como pelos impostos e taxas devidos aos órgãos Federal, Estadual e Municipal, combustíveis, transporte de pessoal próprio ou terceiros e equipamentos, não assumindo a CONTRATANTE sob nenhuma hipótese as despesas aqui relacionadas;
- k) Elaborar relatório, contendo todos os atos e documentos atinentes a seleção pública;
- l) Responsabilizar-se pelo serviço, organização e treinamento do pessoal a ser envolvido na aplicação das provas, bem como, pela conduta apresentada pelos mesmos;
- m) Viabilizar as inscrições e os recursos de forma online, diretamente pelo site oficial a empresa contratada;
- n) Disponibilizar endereço eletrônico para que os candidatos efetuem inscrições via internet, durante o período definido para essa etapa,



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

sendo que os interessados deverão ter acesso a ficha de inscrição, edital do concurso e instruções sobre a realização das inscrições. Para tanto, a empresa deverá disponibilizar ao candidato que o mesmo digite seus dados cadastrais, imprima o boleto bancário e pague a taxa de inscrição em qualquer agência da rede bancária.

o) Introduzir mecanismos que possibilitem segurança no processo de seleção, à prova de fraudes, restringindo ao máximo o acesso ao gabarito, de pessoas envolvidas no processo de elaboração.

p) Dispor de assessoria jurídica, no caso de ocorrerem demandas judiciais propostas contra a Câmara Municipal, decorrentes do processo de concurso público, elaborando subsídios para defesa desta.

q) Reconhecer que a mão de obra por ela empregada não tem e nem terá vínculo empregatício algum com a Câmara Municipal de Sapeaçu, não cabendo, em hipótese alguma, imputar-lhe qualquer obrigação de natureza trabalhista, previdenciária, cível, tributária ou previdenciária, inclusive acidentária.

r) Responsabilizar-se por responder por todo e qualquer dano causado, dolosa ou culposamente, por seus empregados ou prepostos, às dependências, instalações e equipamentos da Câmara Municipal ou de terceiros, por ocasião da prestação dos serviços.

s) Concordar que cronograma de realização do concurso e a data de homologação serão acordados entre as partes, porém a homologação do concurso público não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias da assinatura do contrato, salvo ocorrência que suspenda o andamento do processo, devidamente comprovada e justificada nos autos.

t) Cobrar a taxa de inscrição pelos valores constantes de sua proposta.

u) Definir, no edital de concurso os critérios de julgamento e avaliação das provas (objetivas, práticas e discursivas e/ou redação), ponderação das provas, de desempate e de títulos, conforme a legislação em vigor.

3.2. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Publicar, sob suas expensas, editais, convocações e demais atos oficiais relacionados ao Concurso Público;



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

- b) Realizar o pagamento de acordo as receitas oriundas em conta específicas das inscrições deste concurso;

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- a) O acompanhamento e fiscalização de todas as etapas do Concurso Público será através de Comissão especial designada pelo Presidente da Câmara;
- b) A Câmara Municipal pagará à Licitante vencedora, conforme descrito item 7 – Condições de Pagamento deste Edital;

5. DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta, deverá ser apresentada datilografada ou digitada, respeitado o vernáculo, sem emendas nem rasuras; ao final ser identificada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, devendo conter:

- a) item, (compatível com o objeto descrito), identificação, procedência/marca, preços unitários e totais, líquidos, expressos em moeda nacional corrente, por item.
- b) Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o serviço do objeto da presente licitação.
- c) Prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de encerramento da licitação.
- d) Depois de aberta, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente.
- e) Apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.
- f) Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação.
- 5.2. A empresa deverá informar em sua proposta o valor global para a



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

prestação dos serviços;

5.3. A estimativa de inscritos para o concurso é de 1.350 (hum mil e trezentos e cinquenta inscritos), candidatos, entre níveis superior e médio.

| FUNÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE | VALOR DA INSCRIÇÃO |
|---|---------------------------|
| NÍVEL SUPERIOR | R\$ 120,00 |
| NÍVEL MÉDIO | R\$ 100,00 |

5.4. O valores indicados como "valores de inscrição" foram apurados para o efeito de estimar – se o valor do objeto em licitação.

5.5. Cada concorrente deverá computar, no preço que cotará, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita.

6 – VAGAS NO QUADRO DE SERVIDORES E ATRIBUIÇÕES

6.1 - O concurso público a ser realizado pela CÂMARA MUNICIPAL terá por objetivo o provimento de vagas nos seguintes cargos públicos:

| CARGO | VAGAS | CR | CARGA HORARIO | REMUNERAÇÃO | FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES DO CARGO |
|--------------|--------------|-----------|----------------------|--------------------|--|
| | | | | | <ul style="list-style-type: none">- Promover o apoio as atividades do plenário;- Responsabilizar – se pelo gerenciamento dos serviços de som e gravações das reuniões da Câmara de Vereadores, das audiências públicas e similares, providenciando sua transcrição quando necessário, em articulação com os setores correspondente;- Fazer registrar e arquivar as gravações originais das reuniões e fornecer cópias mediante solicitação por escrito, em articulação com os setores correspondentes;- Assessorar as comissões |



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

| | | | | | |
|--|----|----|----|--------------|---|
| ASSESSOR TÉCNICO PARLAMENTAR | 01 | 02 | 40 | R\$3.500,00 | técnicas, especiais e permanentes, no que concerne a formalização de demandas, requerimentos, proposições e encaminhamentos; - Acompanhar o trâmite legislativo dos projetos de Leis, proposições e demandas inerentes aos trabalhos das comissões parlamentares; - Efetuar o controle e acompanhamento de determinações legislativas das sessões; - Manter, conservar e controlar equipamentos sob sua responsabilidade; - Executar outras atividades correlatas ao cargo; |
| ASSISTENTE DE CONTROLADORIA ORÇAMENTARIA | 01 | 02 | 40 | R\$2.500,00 | - Ajudar na formulação de controles internos e políticas para estar em conformidade com a legislação e melhores práticas estabelecidas - Auxiliar no preparo de demonstrações financeiras em conformidade com diretrizes e requisitos oficiais - reconciliar contas para o fechamento mensal ou anual, quando solicitadas; - Ajudar no preparo dos orçamentos ou previsões; - Executar outras tarefas correlatas ao cargo; |
| AUXILIAR DE SECRETARIA | 02 | 04 | 40 | R\$ 1.320,00 | - Realizar serviços administrativos e burocráticos; - Responsabilizar - se, quando solicitado, pela transcrição das atas das reuniões legislativas; - Realizar os serviços de arquivamento; - Realizar o serviço de recepção aos visitantes; - Expedir correspondência da Câmara Municipal, nos |



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

| | | | | | |
|-------------------------|----|----|----|-------------|--|
| | | | | | <p>termos sugeridos e solicitados pela mesma;</p> <ul style="list-style-type: none">- Responsabilizar-se pela destinação de correspondência e informações aos Gabinetes Parlamentares, e setores administrativos em geral;- Executar outras tarefas correlatas ao cargo; |
| AUXILIAR ADMINISTRATIVO | 02 | 04 | 40 | R\$1.320,00 | <ul style="list-style-type: none">- Elaborar planilha, textos, demonstrativos, controles, registros e realizar demais atividades em microcomputador;- Receber, classificar, conferir, protocolar, localizar, expedir e arquivar expedientes e outros documentos, além de colher assinaturas e encaminhar publicações legais;- Realizar serviços de recepção, entrega e controle de materiais de consumo e prementes, além de elaborar demonstrativos de gastos e despesas das diversas unidades da Câmara Municipal;- Realizar pesquisas de preços e cotações de bens e serviços, além de contratar fornecedores e prestadores de serviços e terceiros, sempre que necessário;- Efetuar o despacho de correspondências, requerimentos e documentos, inclusive com entrega pessoalmente aos diversos órgãos das esferas da administração pública ou entidades privados;- Localizar, identificar, fotocopiar e fazer levantamento de documentos e congêneres nos arquivos gerais ou |



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

| | | | | | |
|--------------------------------|----|----|----|--------------|---|
| | | | | | <p>específicos, sempre solicitado;</p> <ul style="list-style-type: none">- Elaborar documentos oficiais, submetendo-os ao superiores hierárquicos.- Acompanhar e avaliar serviços prestados por terceiros;- Desempenhar atividades administrativas e burocráticas de nível intermediário e prestar apoio administrativo as unidades na Câmara Municipal;- Realizar outras tarefas correlatas ao cargo por iniciativa própria ou que lhe forem atribuídas por superior. |
| ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS | 01 | 02 | 40 | R\$ 3.000,00 | <ul style="list-style-type: none">- Solicitar, conferir e organizar a documentação funcional dos servidores, vereadores, desde a admissão até o desligamento, mantendo atualizados os respectivos assentamentos funcionários;- Controlar os processos de progressão funcional e salarial, férias, licenças, atestados e demais direitos, deveres e documentos dos servidores e Vereadores da Câmara Municipal;- Providenciar, junto aos órgãos competentes, a inspeção médica dos servidores sempre que necessário, bem como solicitar a realização dos laudos de saúde, segurança do trabalho e congêneres, analisando e aplicando as recomendações ou solicitações expedidas;- Preparar os atos de nomeação, posse, exoneração, licenças e |



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

| | | | | | |
|----------------------------|----|----|----|--------------|--|
| | | | | | <p>afastamento, férias e demais atos funcionais dos servidores ou vereadores, conforme o caso enviado-os para publicação legal, além de lavar certidões e declarações funcionais;</p> <p>- Preparar e encaminhar aos órgãos necessários a documentação dos servidores e vereadores para afastamento por problemas de saúde;</p> <p>- Manter -se atualizado e estudar questões relativas a direitos e vantagens, deveres e responsabilidades dos servidores, conforme legislação em vigor e submeter las ao superior imediato;</p> <p>- Encaminhar a documentação e as informações cadastrais, funcionais, previdenciárias e salarias dos Vereadores, servidores, aos órgãos, municipais, estaduais e federais sempre que necessário;</p> |
| ASSITENTE DE CONTABILIDADE | 02 | 04 | 40 | R\$ 3.000,00 | <p>- Executar serviços de natureza econômica, financeira e contábil;</p> <p>- Realizar, com autorização superior, pagamentos e recebimentos;</p> <p>- Auxiliar na elaboração da proposta orçamentaria;</p> <p>- Efetuar lançamentos contábeis e financeiros;</p> <p>- Executar outras atividades correlatas ao cargo;</p> |
| | 07 | 18 | | | |

7 - **DAS CONDIÇÕES GERAIS**



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

7.1. A licitante vencedora é a única responsável civil e criminalmente pela elaboração, guarda e sigilo das provas e demais atos do concurso, respondendo ainda pelas ações praticadas pelos seus responsáveis técnicos, equipe técnica e pessoal contratado para fiscalização ou qualquer outra atividade, nenhuma responsabilidade cabendo à Câmara Municipal de Vereadores de Sapeaçu nesse aspecto.

7.2 - DO EDITAL – Os editais e demais comunicados, retificações e erratas relacionados com o Concurso Público serão elaborados pela CONTRATADA com o assessoramento técnico do Departamento de Pessoal da Câmara Municipal, para a publicação e divulgação no Diário Oficial do Município.

7.2.1 A Contratada poderá divulgar a realização do concurso em jornais não oficiais e outros meios de comunicação.

7.2.2 A Câmara Municipal de Vereadores de Sapeaçu, custeará as despesas decorrentes da divulgação no Diário Oficial do Município, disponibilizando o arquivo em seu sítio eletrônico.

7.2.3 O Concurso Público será realizado em fases, a saber:

1ª – FASE – PROVAS OBJETIVAS – ELIMINATÓRIA E CLASSIFICATÓRIA

2ª – FASE – PROVAS DE TÍTULOS – PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CLASSIFICATÓRIA

7.3 - DAS INSCRIÇÕES - As inscrições que deverão obedecer às disposições do “edital de abertura inscrições” serão realizadas pelas formas ali definidas através de posto de inscrição ou outra forma que for determinada, inclusive através de instituição bancária ou agências do correio e internet, sob orientação da licitante vencedora, que preparará um manual de orientação com as instruções necessárias para o bom atendimento aos candidatos. Constará do manual instruções para o preenchimento, controle, organização e remessa das Fichas de Inscrição. No Ato da inscrição, o candidato receberá a Ficha de Inscrição para coleta de dados para cadastramento e o Boletim Informativo contendo todas as informações sobre o Concurso Público.

7.4 - MATERIAL DE INSCRIÇÃO – A CONTRATADA preparará Boletins



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

Informativos, Fichas de Inscrição e Cartazes para a fase das inscrições, sem ônus à Câmara Municipal de Sapeaçu - Bahia.

7.5 - CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS – As listas dos candidatos inscritos serão disponibilizadas no site da licitante vencedora. Na fase que antecede a aplicação das provas, o Edital de Convocação para as provas, deverá ser publicado no Diário Oficial do Município e disponibilizado no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Sapeaçu e no site da CONTRATADA na Internet.

7.6 - PREPARAÇÃO PARA APLICAÇÃO DAS PROVAS.

7.6.1. LOCAIS DE EXAME – Será disponibilizará os locais para aplicação das provas em site;

7.6.2 - TREINAMENTO DE PESSOAL – A licitante vencedora, às suas expensas, deverá efetuar o treinamento de coordenadores, fiscais de sala e fiscais volantes, elaborando manual de orientação sobre os procedimentos e normas a serem adotadas.

7.6.3 - FOLHAS DE RESPOSTA – As folhas de respostas serão providenciadas pela licitante vencedora.

7.6.4 - MATERIAL DE APLICAÇÃO – Serão providenciados pela licitante vencedora, sem ônus à Câmara Municipal de Vereadores de Sapeaçu, formulários e impressos necessários para aplicação das provas: setas indicativas; indicação de sanitário masculino e feminino; sala de coordenação; indicação do nº das salas de prova; crachás do Coordenador / Fiscal / Apoio; duas listas de chamada (uma para o Coordenador, outra para ser fixada no prédio para ciência dos candidatos; formulários para candidato fora de local, correção de dados cadastrais, documento de identificação inadequado, relação de ausentes, por sala; folhas de respostas óticas sem identificação, de reserva, para uso eventual; por sala; lista de presença, para assinatura dos candidatos presentes.

7.6.5. APLICAÇÃO DAS PROVAS – As provas serão aplicadas no Município de Sapeaçu-BA, em data e horário definidos no cronograma.

7.6.6. COORDENAÇÃO GERAL – Para dar suporte aos coordenadores de aplicação de provas e centralizar informações sobre o decorrer das



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

provas, permanecerá de plantão pessoal familiarizado com as normas, exigências e trâmites do processo. As despesas com a coordenação correrão por conta da licitante vencedora.

7.6.7. COORDENAÇÃO – Todo o trabalho de coordenação da aplicação das provas será de responsabilidade da licitante vencedora, cujas despesas correrão por sua conta, que deverá disponibilizar coordenadores em número suficiente para atendimento ao número de candidatos por local considerando-se no mínimo 2 (dois) por local de aplicação das provas.

7.6.8. FISCALIZAÇÃO – A licitante vencedora deverá colocar fiscais de sala em número suficiente para atender a seguinte distribuição, cujas despesas correrão por sua conta.

7.7 - AVALIAÇÃO DAS PROVAS

7.7.1. LEITURA ÓTICA – As folhas de respostas marcadas pelos candidatos com tinta azul ou preta serão diretamente lidas pelas leitoras óticas. Todo o trabalho de leitura ótica e consistência dos resultados serão executados pela licitante vencedora, sob sua integral responsabilidade.

7.7.2. PROCESSAMENTO EM COMPUTADOR – Os resultados gravados pela leitora ótica serão processados em computadores, para seleção dos candidatos classificados no Concurso Público. A seleção será feita de acordo com os critérios estabelecidos no Edital.

7.8 - RESULTADO FINAL

7.8.1. LISTAGENS – A licitante vencedora processará o resultado final totalizando os pontos obtidos e fornecerá à Câmara Municipal de Vereadores de Sapeaçu - Bahia as seguintes listagens:

- a) Relatório de candidatos habilitados, em ordem de classificação;
- b) A contratada deverá fornecer à Câmara Municipal de Vereadores de Sapeaçu - Bahia em arquivo eletrônico, dados estatísticos aos relatórios acima citados.

7.8.2. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS – A divulgação da lista de resultado final dos candidatos classificados, dar-se-á da mesma forma de publicidade dos editais de convocação.

7.8.3. FICHAS DE INSCRIÇÃO E FOLHAS DEFINITIVAS DE RESPOSTAS – Após o encerramento do Concurso Público, a licitante vencedora



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

encaminhará a Câmara Municipal de Vereadores de Sapeaçu - Bahia a, no prazo de 05(cinco) dias, as fichas de inscrição dos candidatos inscritos.

7.8.4. Todos os trabalhos deverão ser desenvolvidos em consonância com a Lei Orgânica do Município de Sapeaçu - Bahia, Estatutos vigentes e demais normas jurídicas municipais, bem como respeitadas todas as legislações estaduais e federais.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE
PREÇOS

| | |
|-------------------------|----------|
| Modalidade de Licitação | Número |
| CARTA - CONVITE | 001/2023 |

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V.Sa, a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverá os serviços e para tanto, concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital em referência.

1 - Proponente:

1.1. - Razão Social -

1.2. - End :

1.3. - C.N.P.J. -

2 - Proposta de Preços:

| OBJETO | ESCOLARIDADE | VALOR |
|---|--------------|---------------|
| CONCURSO CÂMARA DE SAPEAÇU | | |
| CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO, OBJETIVANDO A ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE DIVERSAS VAGAS NO QUADRO DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEAÇU - BAHIA. | A | NIVEL SUPERIO |
| | B | NIVEL MEDIO |
| TOTAL DOS SERVIÇOS (A+B) | | |



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

3 – Prazo de Validade da Proposta

3.1 A presente proposta tem validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da abertura do certame.

5 – Condições de Pagamento

5.1. Conforme condições estabelecidas no item 10 deste Edital.

6 – Declaração

6.1. Declaramos que nos preços propostos estão inclusos e diluídos os custos que envolvem a perfeita execução do contrato, bem como todos os custos relativos a mão de obra, encargos sociais e trabalhista, as contribuições fiscais, transporte/frete e seguro, bem como as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias a total execução nos serviços.

Sapeaçu – Bahia, xx de xxxxxxxx de 2023

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

ANEXO III
MODELO DE PROCURAÇÃO
PARA A PRÁTICA DE ATOS
CONCERNENTES AO
CERTAME

| | |
|-------------------------|----------|
| Modalidade de Licitação | Número |
| Carta - Convite | 001/2023 |

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) _____, (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº _____, expedido pela _____, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº _____, residente à rua _____, nº _____, bairro:.....cidade de.....Estado da..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para: (apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc.).

Sapeaçu – Bahia, xx de xxxxxxx de 2023

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

CNPJ: 40.514.655/0001-00 Rua da CENEC, n.º 46 – Fone: (0**75) 3627-2722 – CEP: 44.530-000 – SAPEAÇU - BA
E-mail: camarasapeacu1@hotmail.com.br



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO

| | |
|-------------------------|----------|
| Modalidade de Licitação | Número |
| Carta - Convite | 001/2023 |

CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEAÇU – ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA.....NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO:

A **CÂMARA DE VEREADORES DE SAPEAÇU**, ESTADO DA BAHIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na rua CENEC, nº 46, Centro, Sapeaçu, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.514.655/0001-00, neste ato representado por seu Presidente, Paulo Cesar de Souza Carvalho, brasileiro, portador do Registro Geral RG nº 09.932.756-21 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 988.116.065-00, residente e domiciliado na Fazenda Retiro, 01 – Zona Rural – Sapeaçu – Bahia, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa estabelecida na rua nº , Cidade – Bairro – CEP: inscrita no CNPJ sob o nº., neste ato representada por seu representante legal, o Sr. inscrito no CPF nº. portador da CI nº. expedida pela SSP/.... residente e domiciliado na rua doravante denominada apenas CONTRATADA, conforme o constante no Processo Administrativo nº 014/2023, Carta – Convite nº 001/2023, doravante denominado “processo”, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal nº. 8.666/93 atualizada, mediante as cláusulas e condições a seguir

CNPJ: 40.514.655/0001-00 Rua da CENEC, n.º 46 – Fone: (0**75) 3627-2722 – CEP: 44.530-000 – SAPEAÇU - BA
E-mail: camarasapeacu1@hotmail.com.br



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO, OBJETIVANDO A ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE DIVERSAS VAGAS NO QUADRO DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEAÇU-BA.

CONTRATAR EMPRESA, com as condições previstas neste contrato e na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

O prazo de início de execução do contrato será de 05 (cinco) dias úteis após a ordem de serviços, e a vigência do contrato até XX de XXXX a XX de XXXX de XXXX.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O contrato terá o preço variável, no valor de R\$
(.....), valor este pago de acordo com o resultado da arrecadação obtida com os valores da inscrição, e a etapa da realização do concurso, recursos que serão depositados em conta específica, definida pela Contratante, destinada ao Concurso Público.

§1º Os valores arrecadados que suprem o valor do contrato na organização e realização do concurso público, terá devolução ao Tesouro Municipal.

§ 2º Custos para a realização do concurso, bem como, suas despesas diretas e indiretas, serão cobertos através da dotação orçamentária prevista no preâmbulo, bem como com o resultado da arrecadação obtida com o pagamento dos valores de inscrição pelos candidatos, que serão depositados em conta específica, definida pela Contratante, destinada ao Concurso Público.

CNPJ: 40.514.655/0001-00 Rua da CENEC, n.º 46 – Fone: (0**75) 3627-2722 – CEP: 44.530-000 – SAPEAÇU - BA
E-mail: camarasapeacu1@hotmail.com.br



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

§3º O pagamento será realizado em de acordo as inscrições e fases do concurso após a apresentação da Nota Fiscal com as respectivas certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme as etapas de realização do concurso, sendo as receitas auferidas das inscrições;

§4º Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.

§6º Em havendo interesse da Contratante em optar pela prorrogação do contrato, os preços serão reajustados pelo índice IPCA, ou outro índice que o Governo Federal ou a Administração Municipal venha a adotar para os Contratos da espécie. Se o mês da assinatura do aditamento contratual não houver sido publicado o índice referido e sua variação, será usado a variação dos imediatamente 12 (doze) meses anteriores da data de apresentação as propostas.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORGÃO 1 – Câmara Municipal de Sapeaçu

UNIDADE 101 – Câmara Municipal

PROJETO ATIVIDADE: 01.031.001.2.058 – Promoção de Concurso Público e Processo Seletivo

ELEMENTO DESPESA: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

Não haverá reajustamento de preço.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além das determinações contidas no anexo I do instrumento



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

convocatório e daquelas decorrentes de Lei, obriga-se a:

Designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução dos serviços, inclusive para atendimento de emergência, bem como para zelar pela prestação contínua e ininterrupta dos serviços, bem como, dentre os que permaneçam no local do trabalho, um que será o responsável pelo bom andamento dos serviços e que possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas; Executar o serviço objeto deste contrato de acordo com as especificações ou recomendações efetuadas pelo CONTRATANTE;

Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente nos serviços do objeto deste contrato;

Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratado e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;

Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;

Atender com presteza as requisições de credenciamento determinadas pela CONTRATANTE;

Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as

CNPJ: 40.514.655/0001-00 Rua da CENEC, n.º 46 – Fone: (0**75) 3627-2722 – CEP: 44.530-000 – SAPEAÇU - BA
E-mail: camarasapeacu1@hotmail.com.br



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados;

Pagar os salários e encargos sociais devidos pela sua condição de única empregadora do pessoal designado para execução dos serviços ora contratados, inclusive indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, demissões, vales transporte, obrigando-se, ainda, ao fiel cumprimento das legislações trabalhista e previdenciária, sendo-lhe defeso invocar a existência deste contrato para tentar eximir-se destas obrigações ou transferi-las para o CONTRATANTE;

Adimplir os serviços exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;

Adimplir os serviços objeto do presente contrato no prazo e nas especificações e quantidades constantes no instrumento convocatório, visando à perfeita execução deste contrato;

Substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação da Câmara Municipal, mercadoria/produtos/serviços fornecidos fora das especificações do edital e da proposta adjudicada ou com defeito que impossibilite a sua regular utilização.

O objeto deste instrumento contratual deverá ser entregue na em local definido pela Autorização de Serviços

O objeto deste instrumento contratual deverá ser entregue em embalagens lacradas vindas de fabrica; constando o prazo de fabricação e de validade dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por

CNPJ: 40.514.655/0001-00 Rua da CENEC, n.º 46 – Fone: (0**75) 3627-2722 – CEP: 44.530-000 – SAPEAÇU - BA
E-mail: camarasapeacu1@hotmail.com.br



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

determinação legal, obriga-se a:

Efetuar os pagamentos devidos, conforme estipulado no contrato.

Verificar e aceitar as faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas.

CLÁUSULA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO

O Regime de Execução do presente contrato será indireto.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

A alteração de quaisquer das cláusulas ou condições contidas neste Contrato, só poderá ser procedida através de Termo Aditivo assinado pelas partes, resguardado o disposto nos incisos e parágrafos do art. 65, inciso I, alíneas “a” e “b” da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá à Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

Designar uma pessoa para ser Fiscal do Contrato, juntamente com a comissão especial publicada pela Câmara.

O recebimento do objeto se dará segundo a Lei nº. 8666/93, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade contratante, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Sem prejuízo da caracterização dos ilícitos administrativos previstos na Lei nº

CNPJ: 40.514.655/0001-00 Rua da CENEC, n.º 46 – Fone: (0**75) 3627-2722 – CEP: 44.530-000 – SAPEAÇU - BA
E-mail: camarasapeacu1@hotmail.com.br



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

8666/93, com as cominações inerentes, a inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a contratada à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, ou ainda na hipótese de negar-se a contratada a efetuar o reforço da caução, se houver, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;
- 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte dos serviços, não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§1º A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

§2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

§3º As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº. 8.666/93. A rescisão

CNPJ: 40.514.655/0001-00 Rua da CENEC, n.º 46 – Fone: (0**75) 3627-2722 – CEP: 44.530-000 – SAPEAÇU - BA
E-mail: camarasapeacu1@hotmail.com.br



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do Contratante nos casos enumerados na Lei nº. 8666/93 atualizada, estabelecido o contraditório e o direito de defesa da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CESSÃO, SUBCONTRATAÇÃO OU TRANSFERÊNCIA.

O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa concordância do órgão gestor deste contrato.

Parágrafo Único - Quando a rescisão ocorrer, sem que haja culpa da contratada, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no instrumento convocatório e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Cidade de Sapeaçu - Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Sapeaçu - Estado da Bahia, em de de 2023

CNPJ: 40.514.655/0001-00 Rua da CENEC, n.º 46 – Fone: (0**75) 3627-2722 – CEP: 44.530-000 – SAPEAÇU - BA
E-mail: camarasapeacu1@hotmail.com.br



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

CPF:.....

CPF:.....



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAPEAÇU
ESTADO DA BAHIA

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO
DE HABILITAÇÃO
PRELIMINAR – ME/EPP

| | |
|-------------------------|----------|
| Modalidade de Licitação | Número |
| Carta - Convite | 001/2023 |

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob n.º
....., com sede na Rua/Av....., em
/....., declara que está enquadrada como microempresa ou empresa
de pequeno porte, de acordo com a definição do art. 3ª da Lei Complementar
n.º 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno
Porte), e que atende plenamente a todos os requisitos para esse
enquadramento.

Declara, também, que deseja que lhe sejam aplicados os benefícios conferidos
no Capítulo V da Lei 123/2006.

Declara, ainda, na forma e sob as penas da Lei 8.666/93, que cumpre
plenamente os requisitos de Habilitação exigidos para participação nesta
licitação.

Por ser verdade, firma o presente em uma única via.

Sapeaçu - Estado da Bahia, XX de XXXXXXXX de 2023

IDENTIFICAÇÃO / ASSINATURA DO REPRESENTANTE

LEGAL DA EMPRESA

CARIMBO DO CNPJ OU

PAPEL TIMBRADO